



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- ACTA N.º 5/2010 -----

-----Aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e dez, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Francisco Tavares Rolo, Vice-Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.**-----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, considerar justificada a falta do Presidente da Câmara, à presente reunião, por questões de ordem pessoal, como o momento de luto que vive. -----

ASSUNTOS

1 - REVISÃO DO REGULAMENTO E TABELA DAS TAXAS E TARIFAS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL -----

D.A.G.F.

-----Na sequência da deliberação tomada em reunião de 17 de Fevereiro do ano em curso, foi presente à Câmara a proposta de Revisão ao Regulamento Geral das Taxas Municipais e bem assim o Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação, e respectiva Tabela de Taxas e Tarifas pela concessão de licenças e prestação de serviços pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

-----O Vice-Presidente começou por referir que, no que diz respeito à Tabela de Taxas e Tarifas o documento foi presente à reunião da Câmara Municipal de 17 de Fevereiro, sublinhando que “analisámos, e particularmente o Vereador Mário Alves deu um conjunto de contributos, fez um conjunto de alertas, e levantou um conjunto de reservas relativamente ao Regulamento. Durante o fim-de-semana o executivo em permanência dedicou-se à elaboração de uma análise mais aprofundada, quer do Regulamento, quer da Tabela de Taxas e Tarifas, e efectuou alguns estudos comparativos tendo chegado, depois de uma análise mais cuidada ao documento, a algumas conclusões.” Disse ainda que dessas conclusões, algumas eram evidentes, porque resultaram da discussão tida no passado dia 17 de Fevereiro, e que tinham nomeadamente a ver com o facto da nova estrutura apresentada para a tabela ser muito diferente do modelo adoptado anterior. Mais referiu que, por outro lado, ficou assente que “em fase de aplicação da tabela das taxas haveria aqui, e uma vez que o modelo proposto actualmente é diferente daquele que se encontra em vigor, haveria alguma dificuldade para os serviços na sua implementação. A partir da análise que efectuámos à tabela das taxas verificámos ainda que há ali valores que dispararam. Posto isto, o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

executivo em permanência entende que teria toda a pertinência que se faça uma paragem para reflexão, criando um grupo de trabalho para reorganizar a tabela de taxas em duas ópticas. Verificar se é possível trabalhar a actual tabela em vigor, adaptando-a, como fizeram outros municípios vizinhos e da região, ou então trabalhar sobre o modelo entretanto proposto pela Sociedade de Advogados Portugal e clarificar uma série de questões vertidas no documento em causa, e sobre as quais levantámos aqui algumas reservas no passado dia 17, e acima de tudo trabalharmos a componente económico-financeira, evitando algum alarmismo social perante os munícipes oliveirenses, porque não queremos que assim seja, uma vez que o ambiente económico financeiro do concelho, da região, e do país, também não é o melhor no sentido de que um conjunto de taxas de valores dispare e possa onerar, quer as famílias, quer as empresas. Portanto, eu trago aqui uma proposta para análise e aprovação do executivo, mas a ideia é essencialmente não aprovar este Regulamento e Tabela de Taxas, criar um grupo de trabalho para reorganizar, particularmente a Tabela das Taxas, e posteriormente apresentar em reunião do executivo uma nova versão do documento, mais equilibrada naquilo que é a nossa óptica.” -----

-----Com conhecimento prévio dos documentos em análise, o Vereador José Carlos Mendes interveio referindo que “em termos técnicos acho efectivamente de que o assunto deve ser devidamente estudado e ponderado para que não tenhamos algumas surpresas”. Disse ainda reconhecer que “apesar do documento em apreço, em fase de discussão pública, poder ser alterado e corrigido, criará, à partida, nos munícipes oliveirenses um alarmismo desnecessário se for apresentado com taxas cujos valores tenham disparado demasiado”. Entende assim que “o documento que for apresentado para discussão pública deve estar o mais próximo possível daquilo que será o valor das taxas a praticar no futuro pelo Município de Oliveira do Hospital”. Razão pela qual, como referiu, concorda que seja criado um grupo de trabalho para o efeito, manifestando a sua disponibilidade para participar no mesmo no sentido de que possa ser apresentada uma proposta que não vá onerar os munícipes, no que diz respeito à aplicação de taxas cobradas pela autarquia.-----

-----Sobre o assunto, o Vereador Mário Alves referiu que na sua opinião existem várias formas de ultrapassar o problema, lembrando que o mais importante é definir se se quer ou não adoptar o princípio consignado na lei e que é a taxação de apreciação de processos, uma vez que o modelo actual não contempla a referida taxa. Entende no entanto que a referida taxa deve manter-se, por considerar que é uma forma de responsabilizar os munícipes. Lembrou igualmente que a aprovação destes regulamentos pode ser efectuada com uma disposição transitória, ou seja, de forma gradual como a do IMI. Sublinhou ainda a necessidade do executivo pensar no princípio da sustentabilidade financeira da autarquia, para que esta não dependa apenas do princípio de subsidiariedade e do custo social. Considera no entanto que o executivo terá que decidir sobre se pretende ou não adoptar o princípio da taxação pela apreciação, e da taxação pelo deferimento, e bem assim, aplicando este princípio, e os processos que estiveram na sua base para chegar aos valores das taxas, nomeadamente o processo da justificação económica adoptado, elaborar uma tabela que produza esses valores comparando-os com os valores aplicados actualmente na tabela em vigor. Considera ainda que, independentemente da proposta apresentada no sentido de que ao fim de três anos seja efectuada nova revisão às taxas, o executivo crie a possibilidade de, anualmente, poder ser feita uma nova avaliação do processo. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes interveio referindo que, no que diz respeito às questões relacionadas com o urbanismo, e nomeadamente quanto à aplicação das taxas, concorda com a posição do Vereador Mário Alves, por considerar que será uma medida positiva para o município, entendendo igualmente que o processo deve ser feito de forma gradual. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vice-Presidente salientou que, nesta fase, a perspectiva era “sem mutilar demasiado a tabela proposta, adaptá-la às nossas circunstâncias, e se possível fundir as duas naquilo que fosse possível, ou seja, a tabela que temos em vigor e a tabela proposta”. -----

-----O Director do Departamento de Administração Geral e Finanças disse reconhecer que a proposta apresentada pelo Gabinete de Advogados não contempla uma proposta final das taxas para que o executivo analise e decida sobre ela, colocando-a a discussão pública. Teceu ainda alguns esclarecimentos no que diz respeito aos custos sociais e ao aumento de taxas de forma gradual ao longo dos anos. -----

-----O Vereador Mário Alves disse ainda entender que um dos aspectos que também deveria estar a ser aqui analisado é o da sustentabilidade financeira do Município, lembrando que é necessário ter em atenção que uma autarquia como a de Oliveira do Hospital, não pode estar dependente em 70 % ou mais das transferências do Orçamento Geral do Estado. Lembrou igualmente que as receitas próprias da autarquia deveriam atingir valores na ordem dos 50% para criar alguma manutenção financeira que salguarde situações de endividamento. -----

-----O Vice-Presidente referiu reconhecer que é preocupante quando um município ou qualquer outra estrutura está com um nível de dependência do Orçamento de Estado de 70% a 80%, sublinhando que é muito sensível às questões relacionadas com a sustentabilidade financeira. Disse no entanto que o problema neste momento é o ambiente económico-financeiro das famílias e das empresas que é real, assim como o ambiente psicológico, salientando que, embora haja condições no concelho para que se verifique um aumento de taxas, o ambiente psicológico não é o mais favorável. Sublinhou ainda que neste momento é preciso criar estímulo para que haja investimento, e não o contrário, ou seja, o Estado ir junto das empresas e das famílias pedir mais apoio, quando neste momento, aquilo de que as empresas e famílias mais necessitam é de incentivos, e não de taxaço/ tributação. -----

-----O Vereador Mário Alves referiu estar mais do que provado que quando as pessoas têm acesso a bens gratuitos, ou pagam pouco por eles, não são responsáveis pela utilização dos mesmos. -----

-----O Vice-Presidente disse no entanto concordar com a manutenção da aplicação de taxa por apreciação, numa lógica de a diminuir, sem a tornar insignificante, mas também não a fazer crescer ao ponto de a transformar em desincentivo na óptica da animação das actividades económicas. -----

-----O Director do Departamento de Administração Geral e Finanças explicou que o mais importante é que a Câmara Municipal decida se pretende ou não seguir com o modelo apresentado pela Sociedade de Advogados, com unificação de taxas, ou se pretende trabalhar com base na tabela de taxas em vigor. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes referiu que se tem verificado ao longo dos anos que o processo administrativo desenvolvido no sentido de adoptar posturas para que o utilizador seja pagador, tem implicado adaptações neste campo. Reconhece no entanto que o momento actual não é o mais fácil. -----

-----O Vice-Presidente fez referência a um conjunto de municípios que mantiveram a mesma estrutura da tabela de taxas, reajustando-a ao novo diploma e às suas necessidades actuais de captação de receitas. -----

-----O Vereador Mário Alves lembrou que é fundamental que se tenha em atenção a fundamentação económico-financeira do município. -----

-----Após análise e ponderação do assunto, entre várias intervenções dos senhores vereadores, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, promover a criação de um grupo de trabalho tendo em vista a reorganização da tabela de taxas cobradas pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, devendo para o efeito ser elaborado um documento comparativo que contenha o valor das taxas cobradas actualmente, e o valor das



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

taxas a cobrar de futuro, com base na proposta inicialmente apresentada, adiando a sua análise e submissão a apreciação pública para uma reunião ordinária da Câmara Municipal.-

2 - CRIAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO NA ÁREA DO EMPREENDEDORISMO E DA INVESTIGAÇÃO -----

D.A.G.F./DOC.1

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal de 17 de Fevereiro do corrente ano, foi presente pelo Vice-Presidente um Projecto de Estatutos com vista à criação de uma Associação sem fins lucrativos e natureza privada, denominada Plataforma para o Desenvolvimento da Região Interior Centro, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, tendo a Câmara Municipal deliberado, por maioria, com os votos favoráveis do Vice-Presidente e dos Vereadores Graça Silva, José Carlos Mendes e Telma Martinho, e a abstenção dos vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata – PSD, conforme declaração de voto apresentada, e no uso da competência prevista na alínea a) do nº. 6 do artigo 64º da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção conferida pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugada com o preceituado na alínea m) do nº. 2 do artigo 53º do mesmo diploma legal, solicitar a autorização da Assembleia Municipal para o Município de Oliveira do Hospital participar na criação da referida associação. -----

----- Foi ainda deliberado submeter os Estatutos em epígrafe, com as alterações propostas, à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

----- DECLARAÇÃO DE VOTO APRESENTADA PELOS VEREADORES ELEITOS PELO PPD/PSD - PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA -----

----- Sobre o assunto em epígrafe, o Vereadores eleitos pelo PPD/PSD - Partido Social-Democrata fizeram a seguinte declaração de voto:-----

----- “Consideramos o objectivo desta associação lato, designadamente quando se refere a fileira agro-florestal, agropecuária, Biomassa, Planeamento, Turismo, Empreendedorismo, Organização, Inovação, Construção Sustentável e Tecnologias da Informação e da Comunicação. Parece-nos demasiado pesado para uma associação desta natureza. Depois, também não sabemos porque é que se prevê a possibilidade de remuneração do Conselho de Administração. A criação desta entidade parece-nos que contribui ou potencia a dispersão de recursos humanos e financeiros. O Município de Oliveira do Hospital é associado e fundador de duas associações sem fins lucrativos cujo objecto pode ou poderia ser adaptado aos fins que se deseja prosseguir. Relembramos o caso da ADI – Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e de Oliveira do Hospital e da ADEPTOLIVA. São duas associações em que o município já tem um grande peso, um peso substancial e que estão em funcionamento. Poderia ser feito o aproveitamento dessa organização, da inteligência e da prática existente nessas organizações, e projectá-la noutros domínios que seria, a nosso ver, perfeitamente aceitável. Não vemos, sinceramente, necessidade da criação de mais uma associação, até por aquilo que se vive, hoje, em termos sociais e políticos a nível nacional. Tem-se visto que a criação de associações ou outras entidades equivalentes tem servido todos os fins menos, muitas vezes, aqueles que efectivamente deveriam servir. Até por aí, deveriam existir algumas cautelas. Existem, como dissemos, duas entidades cuja acção poderia ser potenciada. Em função disto, os representantes neste executivo do Partido Social Democrata, abstêm-se nesta votação. Não queremos que o executivo em permanência afirme que contribuímos para retirar a possibilidade de a criar, mas temos todas estas reservas, esperando não vir a ter razão nos factos ora invocados.”-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- **INTERVENÇÃO DO VICE-PRESIDENTE** -----

----- Ainda sobre este assunto, o Vice-Presidente esclareceu que “a opção política de criação desta associação foi um processo claro e totalmente transparente e que foi apresentada ao eleitorado. Foi uma opção política que foi apresentada ao eleitorado. Sabíamos que íamos trabalhar neste sector da investigação e desenvolvimento, trabalhar algumas potencialidades locais, essencialmente ligadas à questão da floresta e da biomassa, foi um processo que apresentámos publicamente e que foi sufragado pelos cidadãos. Portanto, no que diz respeito a transparência, sempre foi claro a opção por este tipo de estrutura de investigação e desenvolvimento ligada à ciência e à inovação. A constituição desta associação teve por trás um processo negocial, junto de vários especialistas. Eu recorro contactos com a Universidade de Coimbra, contactos com a Incubadora do Instituto Pedro Nunes, contacto com os gestores do QREN, contactos com o Ministério da Agricultura que, feito este percurso, nos aconselharam a criar uma estrutura desta natureza. Dizer também que, quanto ao objecto, não me parece que o objecto social deste tipo de associação se pudesse desenvolver através da ADITO e da ADEPTOLIVA. São associações que têm outros objectivos, desenvolvem outro tipo de actividades, e acho que o tipo de actividades de Inovação, Investigação e Desenvolvimento, não acredito que se pudessem fazer na EPTOLIVA. Ou seja, nós estamos a falar de uma estrutura que, essencialmente quer cruzar aqui três componentes, o município por uma questão de opção política, e porque tem algumas prioridades, a componente do associativismo empresarial e a ligação ao mundo da investigação, ao mundo da Universidade. Ou seja, cruzar estes três parceiros e depois atrair investigadores e desenvolver projectos de investigação, em ligação ao sector empresarial. Basicamente é isso, aproveitando algumas áreas chave, que é a questão da fileira agro-florestal, e a questão do aproveitamento da biomassa e da bioenergia. Acho que esse processo foi aqui explicado pelo Presidente da Câmara, houve negociação com o Ministério da Agricultura no sentido de saber se era ou não viável desenvolver uma estrutura desta natureza e por isso é que ela aqui está. E volto a frisar, o objecto desta associação não poderia passar pela sua concretização na EPTOLIVA e na ADITO. Uma, visa a formação e a educação, e a outra visa a promoção do comércio local, portanto, acho que seria incongruente. Neste caso, acho que é incompatível, e esta associação teve que ser formatada numa outra lógica, e que era uma lógica que permitisse o acesso, em parceria com as empresas e com a Universidade, aos Fundos Comunitários do QREN. Teve que ser neste modelo. Quanto à possibilidade de remuneração do Conselho de Administração, pelo que os estatutos dizem, é apenas uma possibilidade, mas acrescentarei eu que, muitas vezes, o saber científico devidamente capacitado tem que se pagar, e se precisarmos de alguém altamente capacitado cientificamente e tecnicamente, se tiver que ser remunerado nas funções de dirigente da associação eu não vejo mal nenhum. Quando as pessoas são mais valias, em termos de competências, de capacidade de trabalho, de capacidade de ir mais além, ou seja, quando têm capacidade de multiplicar a remuneração que têm, eu não vejo grandes obstáculos. O problema é quando se arranjam pessoas para lugares, por si só, isso não. Agora, quando há aqui um saber científico demonstrado, reconhecido e isso pode fazer catapultar as actividades da associação, eu não vejo mal nenhum, sinceramente. Portanto, eu voto favoravelmente, sabendo que os projectos que estão na forja, associados a esta estrutura, a esta associação, de alguma forma, se eles se concretizarem, acho que estamos a construir um novo conjunto de oportunidades para Oliveira do Hospital, que hoje, ainda não estão aproveitadas, e particularmente a componente da bioenergia, da fileira florestal, e do aproveitamento da biomassa florestal. Tudo farei, e o executivo em permanência, para que esta associação seja um sucesso e cumpra a missão para a qual está a ser agora constituída.” -----

----- **INTERVENÇÃO DO VEREADOR MÁRIO ALVES** -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- O Vereador Mário Alves deu conta da existência de um projecto desta natureza no concelho de Mortágua, referindo “pergunte qual é o prejuízo anual. Prejuízo anual, milhões. Estamos a falar de biomassa”. -----

----- O Vice-Presidente referiu o seguinte “o senhor tem uma postura de profetada desgraça. Eu digo-lhe, não é por mal, mas você é um céptico, você dúvida de tudo”. -----

----- O Vereador Mário Alves referiu que “eu não profetizo a desgraça. Agora, nós temos é experiências em determinados domínios que têm sido desgraça, e que não saem da desgraça e que têm custos elevadíssimos para o erário público, nomeadamente para quem paga impostos como eu e o senhor. Isso deve-nos preocupar, e portanto, eu estava apenas a fazer uma referência, e a dizer-lhe em como é fácil saber qual é que é o prejuízo que dá em Mortágua a Central de Biomassa, assim como aquela que está a funcionar em Miranda do Douro. Isto para fazer referência à questão da biomassa, porque não é tanto assim como a das energias renováveis. Porque nós sabemos que as energias renováveis têm grandes benefícios em termos estruturais para o clima, mas não são rentáveis. Dizer ainda que, não sei se sabe, mas a maioria do parceiros da EPTOLIVA já são empresas, já tem lá um conjunto de empresas e grande, e portanto, estava ali já a fazer a potenciação daquilo que já existe, ou seja, de um experiência que existe e que podia agora ter outras direcções e outros interesses. Isto só para dizer o porquê da nossa declaração de voto, e do nosso posicionamento, relativamente a essa matéria. É diferente, mas é por isso que o mundo nunca acaba, é porque há pensamentos diferentes.” -----

----- O Vice-Presidente referiu ainda que “pois não acaba, e digo-lhe uma coisa, a vantagem do nosso convívio prolongado, aqui neste órgão de executivo, até me permite coisas do tipo, exercícios de memória, você propor aqui a integração do Município de Oliveira do Hospital em associações regionais, das quais o senhor discordava porque dizia que “aquilo não servia para nada, e que ia ser mais um buraco”, e o senhor propunha aqui em sede de executivo, e nós, por solidariedade com o Município, aprovávamos.” -----

3 - VOTO DE PESAR-----

-----O Vice-Presidente expressou a sua profunda consternação pela tragédia que assolou a Região Autónoma da Madeira durante o passado fim-de-semana, propondo à Câmara Municipal a aprovação de um voto de pesar a toda a população da Ilha da Madeira, em particular aqueles que foram vítimas desta tragédia, manifestando a sua total solidariedade ao Governo Regional da Madeira, posição que foi corroborada pelos restantes membros do Executivo que também declararam que se associavam à proposta efectuada pelo Vice-Presidente, a qual deverá ser comunicada ao Governo Regional da Madeira.-----

----- APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, **por todos os membros presentes**, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- CONCLUSÃO DA ACTA -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Vice-Presidente encerrada a reunião, pelas **treze horas**, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi. -----

----- Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 22 de Fevereiro de 2010-----

Vice-Presidente _____

Vereadores _____



**REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DE 22
DE FEVEREIRO DE 2010**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**